



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO

TARDE

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

## NÍVEL MÉDIO

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.



#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS  
0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A Constituição é alicerce de toda a nossa ordem  
jurídica. É diploma inaugural do nosso direito positivo. A  
Constituição é a primeira e a mais importante voz do direito  
4 aos ouvidos do povo. Constitui, a um só tempo, caráter  
estruturante do Estado e da própria sociedade. É certidão de  
nascimento e carteira de identidade do Estado, projeto de vida  
7 global da sociedade. Esse diploma jurídico de nome  
Constituição provém diretamente da nação brasileira, única  
instância de poder que é anterior, exterior e superior ao próprio  
10 Estado. É por isso que, pela sua filha unigênita que é a  
Constituição mesma, a nação governa permanentemente  
quem governa transitoriamente. E o faz do modo mais  
13 intrinsecamente meritório; do modo mais cristalinamente  
legítimo, pois o fato é que a menina dos olhos da nossa  
Constituição é a democracia. Democracia que nos confere o  
16 status de país juridicamente civilizado. Nossa Constituição é  
primeiro-mundista, pois os focos estruturais de fragilidade do  
país não estão em nosso arcabouço normativo, mas no abismo  
19 que se rasga entre a excelência da Constituição de 1988 e sua  
concreta incidência sobre a nossa realidade socioeconômica e  
política. Democracia, enfim, que se enlaça tão intimamente  
22 à liberdade de imprensa que romper esse cordão umbilical é  
matar as duas: a imprensa e a democracia. Com efeito, o mais  
refinado toque de sapiência política da nossa última  
25 Assembleia Nacional Constituinte foi erigir a democracia como  
sua principal ideia-força.

Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:  
<www.osconstitucionalistas.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 A inserção do segmento **e, por isso, seria correto dizer que é também o** antes do vocábulo “projeto” (ℓ.6) prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 2 Emprega-se a vírgula imediatamente após o vocábulo “anterior” (ℓ.9) para separar elementos que exercem mesma função sintática em uma enumeração.
- 3 O emprego do pronome possessivo “nossa/nosso” (ℓ.14, 16, 18, 20) consiste em recurso discursivo que, entre outras finalidades, busca incluir e envolver o leitor/ouvinte no texto.
- 4 O acento grave indicativo de crase em “à liberdade” (ℓ.22) está corretamente empregado, visto que “intimamente” (ℓ.21) rege complemento com a preposição “a”, e a palavra “liberdade” é antecedida pelo artigo definido feminino no singular.
- 5 O emprego de vírgulas na linha 4 justifica-se por isolar adjunto adverbial deslocado de sua posição padrão.

1 A dependência do mundo virtual é inevitável, pois  
grande parte das tarefas do nosso dia a dia são transferidas para  
a rede mundial de computadores. A vivência nesse mundo tem  
4 consequências jurídicas e econômicas, assim como ocorre no  
mundo físico. Uma das questões suscitadas pelo uso da Internet  
diz respeito justamente aos efeitos dessa transposição de fatos  
7 do mundo real para o mundo virtual, sobretudo no que se refere  
à sua interpretação jurídica. Como exemplos de situações  
problemáticas, podemos citar a aplicação das normas  
10 comerciais e de consumo nas transações realizadas pela  
Internet, o recebimento indesejado de mensagens por *email*  
(*spam*), a validade jurídica do documento eletrônico, o conflito  
13 de marcas com os nomes de domínio, a propriedade intelectual  
e industrial, a privacidade, a responsabilidade dos provedores  
de acesso, de conteúdo e de terceiros na Web bem como os  
16 crimes de informática.

Renato M. S. Opice Blum. Internet: <www.ibpbrasil.com.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

- 6 Infere-se das informações do texto que no mundo virtual os problemas jurídicos e econômicos potenciais têm equivalência aos problemas do mundo físico.
- 7 Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir o conectivo “pois” (ℓ.1) por **já que, uma vez que, porquanto, visto que ou porque**.
- 8 Os vocábulos “jurídicas” (ℓ.4), “econômicas” (ℓ.4) e “físico” (ℓ.5) recebem acento gráfico com base em regras gramaticais diferentes.
- 9 O emprego da forma verbal “podemos” (ℓ.9), no plural, evidencia que o texto foi escrito por mais de um autor.
- 10 Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do texto ao se substituir “podemos citar” (ℓ.9) por **podem ser citados**.
- 11 Emprega-se a vírgula logo após “(*spam*)” (ℓ.12) para isolar a expressão de natureza explicativa que se segue a esse termo.

1 Os magistrados não governam. O que eles fazem é  
evitar o desgoverno, quando para tanto são provocados. Não  
mandam propriamente na massa dos governados e  
4 administrados, mas impedem os eventuais desmandos dos que  
têm esse originário poder. Não controlam permanentemente e  
de forma imediatista a população, mas têm a força de controlar  
7 os controladores, em processo aberto para esse fim. Os  
magistrados não protagonizam relações jurídicas privadas, na  
qualidade de magistrados, porém se disponibilizam para o  
10 equacionamento jurisdicional de todas elas. Por isso justifica-se  
a menção do Poder Judiciário em terceiro e último lugar no rol  
dos poderes estatais (em primeiro, o Legislativo; em segundo,  
13 o Executivo), para facilitar essa compreensão final de que o  
poder que evita o desgoverno, o desmando e o descontrole  
eventual dos outros dois não pode, ele mesmo, se desgovernar,  
16 se desmandar, se descontrolar. Mais que impor respeito, o  
Judiciário tem que se impor o respeito.

Discurso de posse do Ministro Carlos Ayres Brito. Internet:  
<www.osconstitucionalistas.com.br > (com adaptações).



Com base nos sentidos e nas estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 12 As expressões “impor respeito” (ℓ.16) e “se impor o respeito” (ℓ.17) estão sendo empregadas com significado equivalente, ou seja, são sinônimas.
- 13 Caso se substituísse “dos” (ℓ.3) por **daqueles**, haveria prejuízo para as informações originais do texto.
- 14 A forma verbal “têm” em “têm esse originário poder” (ℓ.5) está empregada no plural porque faz parte de uma cadeia coesiva cujos elementos se referem a “magistrados” (ℓ.1).
- 15 O termo “esse fim” (ℓ.7) retoma o antecedente “controlar os controladores” (ℓ.6-7).

Julgue os itens seguintes, relativos à redação de correspondências oficiais.

- 16 Com exceção da primeira e da última, as demais páginas do ofício devem ser numeradas.
- 17 Os ministros de Estado comunicam-se com autoridades de mesma hierarquia por meio do documento denominado aviso.
- 18 O caráter informal da comunicação por meio do correio eletrônico opõe-se a requisitos básicos da comunicação oficial como formalidade e padronização, razão por que esse meio não pode ser utilizado pelos órgãos da administração pública para transmissão de mensagens e documentos oficiais.
- 19 As modalidades de comunicação denominadas ofício, aviso e memorando assemelham-se quanto à forma, visto que todas devem ser formatadas conforme o padrão ofício; quanto à finalidade, o memorando distingue-se do ofício e do aviso por destinar-se à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- 20 A revisão, uma das etapas da elaboração de expedientes oficiais, deve contemplar, entre outros aspectos, a correção ortográfica do texto, uma vez que um erro de grafia pode prejudicar a compreensão da mensagem contida no documento.
- 21 O pronome de tratamento a ser empregado em expediente oficial dirigido a arcebispos e bispos é Vossa Excelência Reverendíssima.

Acerca das características dos sistemas operacionais Linux e Windows e dos *softwares* Microsoft Office e BrOffice, julgue os itens a seguir.

- 22 No Windows 7, o usuário pode bloquear o computador pressionando simultaneamente as teclas  e .
- 23 Somente a partir da versão 2010 do Microsoft Office tornou-se possível gravar arquivos no formato aberto (padrão ODT) no Word.
- 24 Ubuntu é um sistema operacional baseado no Linux e pode ser utilizado em *laptops*, *desktops* e servidores.

Em relação a conceitos, programas de navegação e aplicativos da Internet e *intranet*, programas de correio eletrônico, redes sociais e computação na nuvem, julgue os itens que se seguem.

- 25 Para habilitar o Mozilla Thunderbird a receber o correio de todas as contas, no momento em que é iniciado, deve-se adicionar ao arquivo `user.js` o comando `user_pref("mail.check_all_imap_folder_for_new", true)`.
- 26 Nas redes sociais, o capital social não é o monetário, mas refere-se à confiança, a Whuffie, que o indivíduo conquista com o relacionamento e as conexões das pessoas.
- 27 A computação na nuvem, por ser um conjunto de recursos com capacidade de processamento, armazenamento, conectividade, que oferece plataformas, aplicações e serviços na Internet, poderá ser a próxima geração da Internet.

Acerca de organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, de segurança da informação e de armazenamento de dados na nuvem, julgue os itens subsequentes.

- 28 Os vírus de *boot* são programas maliciosos desenvolvidos para que, no processo pós-infecção, o ciberpirata possa ter acesso ao computador para fazer qualquer tipo de tarefa, entre elas o envio do vírus por meio do *email*.
- 29 Um arquivo é organizado logicamente em uma sequência de registros, que são mapeados em blocos de discos. Embora esses blocos tenham um tamanho fixo determinado pelas propriedades físicas do disco e pelo sistema operacional, o tamanho do registro pode variar.
- 30 O elemento central de processamento e armazenamento dos dados e das informações na nuvem é o *datacenter* na rede, que normalmente é provido por terceiros.

A respeito de ética no serviço público e dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 31 A alteração do teor de documentos sob avaliação ou validação para providências deve ocorrer somente em situações em que a qualidade e a clareza das informações neles contidas estejam comprometidas.
- 32 De acordo com a ética individualista, as ações são consideradas morais quando promovem os interesses individuais ao longo do tempo.
- 33 Qualquer ato de improbidade cometido por agente público no exercício de seu cargo pode ser punido de forma isolada ou cumulativa, consoante a gravidade do fato.
- 34 Todos os atos de improbidade devem ser representados ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens da pessoa indiciada.
- 35 De acordo com a abordagem utilitária, ética diz respeito ao cuidado do servidor público com a sua conduta, de modo a considerar sempre os efeitos desta na realização dos próprios interesses.
- 36 O servidor público que escolhe agir de acordo com os interesses coletivos e procura orientar seus esforços para a otimização da satisfação do maior número de pessoas manifesta conduta ética baseada na moral e nos direitos.
- 37 Os dirigentes de organizações públicas que estabelecem regras claramente explicitadas, consistentes e que sejam imparcialmente executadas manifestam conduta ética baseada nos princípios de justiça, equidade e imparcialidade.

Com base na Constituição do Estado de Roraima, julgue os itens seguintes.

- 38 O cargo de secretário de Estado poderá ser exercido interinamente, por prazo superior a noventa dias, desde que o governador do Estado e a Assembleia Legislativa autorizem, excepcionalmente, o referido exercício.
- 39 É permitido aos juízes do TJ/RR com mais de dez anos de carreira o exercício de atividade político-partidária, sem acumulação de rendimentos, desde que haja autorização expressa do presidente do tribunal.

Considerando o Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, julgue o próximo item.

- 40 A juiz de direito é permitido comunicar-se diretamente com quaisquer autoridades públicas, inclusive as federais, para tratar de assuntos relacionados a matéria de ordem processual ou administrativa de sua exclusiva competência, sem necessidade de autorização do presidente do TJ/RR.

Acerca de direitos, vantagens e regime disciplinar dos servidores públicos civis do estado de Roraima, julgue os itens que se seguem.

- 41 As indenizações devidas ao erário por servidor público estadual serão descontadas em parcelas mensais atualizadas e, diferentemente das reposições, não poderão exceder 10% da remuneração ou dos proventos do servidor.
- 42 O servidor ocupante de cargo em comissão que for demitido ou destituído desse cargo por ter cometido ato de improbidade administrativa pode retornar ao serviço público estadual desde que, transcorrido o prazo de cinco anos, tenha ressarcido integralmente ao erário o prejuízo causado.

Com base no que dispõe o Regimento Interno do TJ/RR, julgue os itens a seguir.

- 43 O conteúdo de certidão destinada à defesa de magistrado ou de servidor do Poder Judiciário em processo de natureza penal ou de honra poderá ser resumido a fim de se preservar o interesse público, desde que mediante autorização da maioria absoluta do Tribunal Pleno.
- 44 As instruções, atos de competência do presidente do TJ/RR, quando destinadas a pessoas determinadas, podem ser dadas por meio de avisos ou memorandos, ou, ainda, verbalmente.

As populações mais pobres do planeta sentirão os efeitos mais devastadores das mudanças climáticas e do consumo de países ricos em um mundo com sete bilhões de habitantes, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O alerta foi dado durante o lançamento do **Relatório da Situação da População Mundial 2011**, documento por meio do qual a entidade conclama a comunidade internacional a brigar pela redução do consumo excessivo e das emissões de gases de efeito estufa.

O Globo, 27/10/2011, p. 38 (com adaptações).

Considerando o texto acima, bem como as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 45 A conclamação feita no relatório citado no texto visa assegurar o equilíbrio da natureza que sustenta a vida e o atendimento das necessidades de bilhões de pessoas.
- 46 A emissão demasiada de gases poluentes originou um fenômeno inédito na natureza, o efeito estufa.
- 47 Os efeitos do desequilíbrio ambiental e do consumo desenfreado atingirão homoganeamente o planeta, igualando países desenvolvidos e não desenvolvidos como alvos de um mesmo problema.
- 48 A Organização das Nações Unidas trata não apenas de questões relacionadas à política e à segurança mundial, mas também se volta, entre outros, para assuntos referentes à educação, à cultura, à agricultura e ao meio ambiente.

Foi criada no Congresso, com a assinatura recorde de 385 deputados e 72 senadores, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista para investigar o grupo contraventor do bicheiro Carlinhos Cachoeira, bem como a ligação desse grupo com políticos e com a empreiteira Delta, apontada pela Polícia Federal como suporte financeiro do esquema.

O Globo, 20/4/2012, capa (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima, assim como os diversos aspectos por ele focalizados, julgue os itens que se seguem.

- 49 Enquanto transcorria a CPI citada no texto, o Senado Federal cassou o mandato de um dos seus mais conhecidos membros, Demóstenes Torres.
- 50 Ao aprofundar as investigações, a CPI a que o texto se reporta não conseguiu comprovar qualquer tipo de ligação entre o grupo de Cachoeira e as empresas que prestam serviços a governos.